

31/12/2018.

Leis penais especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099/95- artigos 62, 63 e 64.

Resumo.

Artigo 62, da Lei 9.099/95.

. Princípios norteadores do JECRIM e a finalidade da Lei.

. JECRIM é regido pelos princípios da: oralidade, informalidade, economia processual, celeridade e **simplicidade.**

. Lei 13.603/2018 trouxe o **princípio da simplicidade.**



Fonte: <http://blogboleiroshumildes.blogspot.com>

Buscando sempre que possível: a reparação do dano sofrido pela vítima e a aplicação da pena que não é privativa de liberdade. Como por exemplo, através das medidas despenalizadoras. Artigo 63, da Lei 9.099/95.

Competência do JECRIM.

. **Local onde foi praticada** a infração penal.

. Relativo à competência territorial.

Artigo 64, da Lei 9.099/95.

. Os atos judiciais do JECRIM podem ser praticados em qualquer dia e hora, conforme normas de organização judiciária.

. O JECRIM incide no artigo 41-F, do Estatuto do Torcedor(Lei 10.671/2003), que prescreve o cambismo como crime.

. Preceito primário do tipo penal é a conduta criminosa e preceito secundário do tipo penal é a pena.

1.

(CESPE- Polícia Civil de SE- 2018) Considerando o disposto no Estatuto do Idoso acerca de crimes, julgue os itens a seguir.

Aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, mesmo que sujeitos a penas privativas de liberdade superiores a dois anos e inferiores a quatro anos, aplicam-se os institutos despenalizadores previstos na Lei n.º 9.099/1995 (juizados especiais criminais).

2.

(CESPE- Polícia Civil de MA- 2018) Em razão de um procedimento penal instaurado no juizado especial criminal para apurar a contravenção penal de exploração de jogo do bicho, na ocasião da lavratura do termo circunstanciado, foi apreendida a motocicleta de Glauco, servidor público da prefeitura de determinado município, porque, supostamente, ela teria sido utilizada na prática do ilícito. Posteriormente, foi ofertada transação penal pelo representante do MP, prontamente acolhida e integralmente cumprida por Glauco, a quem coube a pena de doação de cinco cestas básicas. Entretanto, a sentença, ao extinguir a punibilidade pelo cumprimento integral das condições pactuadas, decretou a perda da motocicleta em favor da União, por entendê-la proveniente de crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe a lei penal sobre os efeitos da condenação,

A) não caberia a decretação do perdimento da motocicleta, pois não houve condenação penal.

B) a perda da motocicleta em favor da União constituiu efeito automático da homologação da transação penal.

C) o juiz deveria decretar, também, a imediata perda do cargo, considerando-se que o agente era servidor público.

D) não poderia haver o perdimento do bem se a pena máxima cominada ao tipo fosse de um ano de prisão.

E) só poderia ter sido decretada a perda do bem — motocicleta — se provado ser proveniente da prática do ilícito.

3.

(CESPE- Polícia Civil de GO- 2017) Acerca de investigação criminal e juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

A) No juizado especial criminal, é inadmissível a transação penal caso se comprove que o autor da infração foi condenado em sentença definitiva por crime ou contravenção penal de caráter culposo ou doloso.

B) Para definição da competência do juizado especial criminal no concurso material de crimes, a soma das penas máximas cominadas para cada crime não pode exceder a dois anos.

C) Não se admite a transação penal nem a composição civil dos danos nos processos de competência dos juizados especiais criminais que, por motivo de conexão ou continência, tiverem sua competência deslocada para o tribunal do júri.

D) O delegado-geral de polícia civil, no âmbito estadual, ou o delegado regional, no âmbito territorial, poderão, mediante despacho fundamentado, avocar ou determinar a redistribuição de autos de inquérito policial, sempre que a infração penal a ser apurada for de interesse do Poder Executivo da respectiva unidade da Federação.

E) Caberá recurso especial contra a decisão da turma recursal dos juizados especiais criminais que negue provimento a recurso interposto contra sentença penal condenatória, caso seja demonstrada ofensa a dispositivo de norma infraconstitucional.

Gabarito.

1. Letra e(errado).

ADI 3.096, julgado pelo STF, em 2010.

2. Letra A.

Artigo 43, II, artigo 91, II, “a”; do CP.

Artigo 76, da Lei 9.099/95 e artigo 58, do Decreto-lei 3.688/41.

3. Letra B.

Súmula 203, do STJ; artigo 2º, parágrafo 4º, da Lei 12.830/2013; RHC 84.633/RJ, julgado em 2017, pelo STJ; artigos 60, parágrafo único e 76, parágrafo 2º, I, da Lei 9.099/95.
